



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público

PORTARIA

Nº 062.2010.78ª PRODEPPP.1.1.435744.2009.36738
(Inquérito Civil nº 035/2010)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através da 78ª Promotoria de Justiça Especializada na Proteção do Patrimônio Público, pelo Promotor de Justiça infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, inc. III, da Constituição Federal; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85; art. 26, I, da Lei nº 8.625/93; e art. 22 da Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional e dever do Ministério Público instaurar procedimento administrativo e inquérito civil, na forma da lei, para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem, na forma do art. 25, inc. IV, alínea “b”, da Lei nº 8.625/93, e art. 3º, inc. IV, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual nº 011/93;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por esta Promotoria Especializada, adotar medidas administrativas e judiciais previstas em Lei para a defesa e proteção do erário estadual e municipal, nos termos do art. 2º, IV e V, do ATO PGJ Nº 042/2008;

CONSIDERANDO a possível prática de improbidade administrativa, consistente na omissão da Comissão de Disciplina da SEAD na tramitação dos processos administrativos instaurados por solicitação da SEJUS, muitos deles possivelmente atingidos pela prescrição, consoante o teor do Procedimento Administrativo nº 089/2005/MP/56ª PRODEDIC, que findou por ser redistribuído a esta PRODEPPP através da Distribuição nº 197.2010.CAOPDC.419254.2009.36738,

R E S O L V E :

I – Determinar a instauração de Inquérito Civil para apuração do fato acima narrado, o qual deverá ser autuado sob nº 035/2010/78ª PRODEPPP;

II – Designar a servidora ILDETE SOUSA ALECRIM para secretariar os trabalhos inerentes ao Inquérito Civil ora instaurado;

III – Determinar seja dado fiel cumprimento ao Despacho nº 188.2010;

IV - Após a autuação do IC ora instaurado, numeração das folhas dos autos e atendimento às requisições determinadas no despacho acima referido, voltem-me imediatamente os autos conclusos.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Manaus, AM, 05 de novembro de 2010.

RONALDO ANDRADE
Promotor de Justiça